

Diário do Legislativo de 04/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Ruy Muniz

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado André PT
Quintão

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Carlos PDT
Pimenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputada Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Carlin PCdoB
Moura

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputado Malheiros Délio BPS Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Cruz Sávio Souza PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Jangrossi Vanderlei PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ângelo Durval PT Presidente

Deputado Santiago Arlen BSD Vice-Presidente

Deputado Genaro Antônio BPS

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Muniz Ruy DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Lara Maria Tereza PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Brandão Gláucia BPS

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Paulo PT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PT
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD

Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela BPS Presidente
Reis

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Djalma Diniz BPS Vice-Presidente

Deputado Irani Barbosa BSD

Deputado Rêmolo Aloise BSD

Deputado Adalclever Lopes PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputado Távora Juarez BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Araújo Juninho BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lúcio Tenente PDT Presidente

Deputado Biondini Eros BSD Vice-Presidente

Deputado Braz Bráulio BSD

Deputado Carlos Arantes Antônio BPS

Deputado Gomes Carlos PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Cecília PT
Ferramenta

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Evento Realizado na 10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Lançamento da Campanha da Fraternidade 2009

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/2/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Momento de espiritualidade - Exibição de vídeo - Palavras de D. Walmor Oliveira de Azevedo - Palavras do Pe. Ademir Ragazzi - Palavras do Pastor Márcio Moreira - Palavras do Secretário Danilo de Castro - Palavras do Sr. Presidente - Bênção e oração da Campanha da Fraternidade.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do lançamento, em Belo Horizonte, da Campanha da Fraternidade 2009, com o tema "Fraternidade e segurança pública" e o lema "A paz é fruto da justiça".

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; Revmo. D. Walmor de Oliveira Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Revmo. D. Joaquim Giovanni Mol Guimarães, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social; Revmo. D. Aloísio Jorge Pena Vitral, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Vereador Sérgio Fernando Tavares, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Pastor Márcio Moreira, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - Conic -; e a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; e o Exmo. Sr. Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Nilmário Miranda, ex-Secretário de Direitos Humanos do governo federal, ex-Deputado Estadual e Federal, Presidente da Fundação Perseu Abramo; Sérgio Cavaliere, Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE -; Cel. Alexandre Marcelo Costa de Oliveira, Diretor Institucional e Assessor Militar da ALMG; Jair Alves Lopes, Presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - de Santa Luzia; Cel. Alexandre Salles Cordeiro, representando o Comandante-Geral da

PMMG, Cel. Renato Vieira de Souza; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado; das Exmas. Sras. Magna Rodrigues Mendes, Presidente da Apac de Nova Lima; Marizete Ribeiro Viana Teles, Vice-Presidente do Movimento de Luta Pró-Idoso; e do Exmo. Sr. Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Renascendo, do Grupo Solidariedade, regido por José Dias de Vasconcelos, acompanhado pela pianista Teresinha Augusta de Barros Xavier.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Boa tarde. Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Assembleia Legislativa; Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; D. Joaquim Mol, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social; D. Aloísio Jorge Pena Vitral, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Vereador Sérgio Fernando Tavares, representando a Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Pastor Márcio Moreira, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - Conic. Cumprimento também os Deputados, as Deputadas, os Vereadores, as Vereadoras, as lideranças, os senhores padres, e todas as autoridades religiosas e civis.

É com muita satisfação que estamos aqui hoje. Primeiramente, senhoras e senhores, agradeço a todos pela presença e particularmente ao Vicariato Episcopal da Arquidiocese de Belo Horizonte pelo prestígio conferido a esta Casa Legislativa, acolhendo-a como palco para o lançamento oficial da Campanha da Fraternidade 2009. Uma decisão iluminada, creio eu, já que este é o espaço e o nascedouro das ações e das proposições que visam a atender a sociedade em suas angústias e necessidades múltiplas. Outro espaço mais adequado não haveria, senão esta Casa, para criar um foco de debates e ações em torno do tema deste ano "Fraternidade e segurança pública", com o lema "A paz é fruto da justiça".

"O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas, sim, daqueles que observam e deixam o mal acontecer." Essa era a visão de Albert Einstein, que acredito seja compartilhada pela maioria dos que aqui se encontram e é a razão de estarmos aqui. Sua Santidade João Paulo II disse, na sua mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz, em janeiro de 2005, que a violência destrói o que ambiciona defender: a dignidade, a vida, a liberdade dos seres humanos. Alertava o Santo Papa, na ocasião, que se torna indispensável promover uma grande obra educadora das consciências que forme a todos, sobretudo as novas gerações, para o bem, abrindo-lhes o horizonte do humanismo integral e solidário que a Igreja indica e deseja.

Por décadas, a violência vem ganhando corpo neste país, e hoje nos parece fora de controle. É a força que se impõe nos grandes centros, com esboço claro de uma guerra civil em que todos nós e nossas famílias somos alvos potenciais. Todavia esse estado de coisas não surgiu por acaso, pois foi construído em anos de descaso com a educação, na ausência de uma reforma agrária séria e na persistência de um modelo econômico que só faz abastecer os abastados. Somam-se a todos esses ingredientes nocivos à paz a corrupção e a impunidade. Somos hoje reféns do medo e da insegurança.

Há um futuro melhor a nos esperar? Há como desfazer esse malfeito, ou a espécie humana está perdendo inexoravelmente o sentido da razão? Recentemente li um artigo em que o autor classificava de utopia a crença de que a violência seja banida em algum futuro, justificando que ela é hereditária na raça humana e que, para eclodir, só precisa do estímulo de elementos externos. Já Mahatma Gandhi considerava que o mundo não é totalmente governado pela lógica e reconhece que a própria vida envolve uma certa violência e que cabe a nós escolher o caminho da violência menor. É importante lembrar que, no livro do "Gênesis", a violência dos homens já é citada no capítulo 6:13, em que Deus diz a Noé: "O fim de toda carne é chegado perante mim; porque a terra está cheia da violência dos homens; eis que os destruirei". Não podemos, no entanto, deixar-nos acomodar à sombra do pessimismo e da pasmação enquanto a violência sangra, apavora e nos encurrala.

É preciso agir, buscar caminhos eficazes para inibir seu recrudescimento. Vemos, por exemplo, europeus oferecendo lar para crianças brasileiras que aqui não conseguem adoção porque passaram da idade. Persevera no País a cultura de que o ideal é adotar recém-nascidos, gesto que na verdade não revela uma atitude de amor, mas a busca de satisfação pessoal. E sabemos que essas crianças, privadas de um lar, um dia deixarão os abrigos e estarão nas ruas, ressentidas e prontas para magoar. Hoje temos uma sociedade formada, em sua maioria, por mulheres que desempenham o papel materno e paterno a um só tempo, seja porque foram abandonadas pelos companheiros, seja porque tiveram filhos não assumidos. E a pergunta que se faz é: como essas crianças estão sendo criadas, se as mães passam todo o dia no trabalho?

Toda política nacional antiviolência tem de ser referenciada num contexto de crianças abandonadas, seduzidas precocemente pela droga, o pano de fundo de toda a nossa insegurança. E cabe a nós, homens públicos, e também à sociedade civil a responsabilidade, a iniciativa de formular proposições que sustentem uma segurança pública que de fato respeite a liberdade individual e coletiva. Há iniciativas louváveis nesse campo, como o projeto BH na Paz, desenvolvido pela Associação Arte pela Paz, em parceria com outras ONGs. Já no ano passado a referida ONG promoveu várias atividades voltadas para a promoção da cultura da paz, iniciadas na Semana Antidrogas, em parceria com a Subsecretaria Antidrogas, evento realizado no ginásio do Mineirinho.

Neste ano a campanha acontecerá de maio a outubro, com seminários, palestras, "shows", comunicação visual, atividades esportivas e manifestações culturais em toda a cidade. A novidade dessa segunda edição é que toda a ação da campanha BH na Paz estará alinhada ao tema da Campanha da Fraternidade, em parceria com o Vicariato.

Se há homens e mulheres de boa-vontade engajados na luta para mudar esse contexto do medo e da insegurança, temos, por outro lado, vários fatores a fomentar a violência, entre eles o gritante preconceito e o desprezo com que os mais pobres são tratados. Enquanto suspeitos de crimes são enjaulados como animais, os criminosos abastados usufruem das benesses que a lei abriga, ao alcance somente dos que têm bom advogado. Faltam ainda critérios para a concessão de privilégios para presos perigosos. A certeza da impunidade e a corrupção no poder público são, sem dúvida, também elementos encorajadores do crime.

O indivíduo descrente de Deus, vivendo em um contexto de enriquecimento ilícito e de toda sorte de falcatruas, é potencialmente um alvo fácil de más idéias.

Temos de redesenhar neste país os conceitos de ética e de moral construídos sob exemplos da família, dos homens públicos, dos que têm acesso à educação. É preciso que nos policiemos em nossas ações em relação aos empregados, vizinhos, familiares, com exemplos dignos de fraternidade e de não-violência.

A abordagem da segurança nesta edição da Campanha da Fraternidade pelo Conselho Episcopal da CNBB foi sugerida pela Pastoral Carcerária, organismo pertencente à CNBB que cuida da evangelização em todas as unidades prisionais brasileiras, com endosso de dioceses e regionais da Conferência por todo o País.

O objetivo geral desta Campanha é suscitar o debate sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social, que seja a garantia de segurança para todos. Visa ainda favorecer a criação e a articulação de redes sociais populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência e de suas causas e à difusão da cultura da paz; desenvolver ações que conduzam à superação das causas e dos fatores da insegurança; despertar o agir solidário para com as vítimas da violência; apoiar as políticas governamentais valorizadoras dos direitos humanos.

Quer ainda a CNBB, com esta Campanha, renovar a consciência da responsabilidade de todos na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária. O lema "A Paz é fruto da justiça" envolve, além do trânsito, a violência nos presídios, nas escolas e em casa. Além disso, esta Campanha visa desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer a violência na sua realidade pessoal e social; denunciar a gravidade dos crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos da prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns; denunciar a predominância do modelo punitivo presente no sistema penal brasileiro, expressão de mera vingança, a fim de incorporar ações educativas, penas alternativas e fóruns de mediação de conflitos que visem à superação dos problemas e à aplicação da justiça restaurativa.

É inadiável, senhoras e senhores, a busca de ações neste país que estanquem a violência, que tem como pano de fundo o tráfico de droga. Neste final de ano tivemos cenas brutais de assaltantes contra turistas em várias cidades. Em três dias, mais de 50 turistas foram agredidos de alguma forma no País durante o Carnaval.

Mas não é apenas essa triste marca do nosso turismo que nos deve preocupar. A pior face da violência continua sendo a doméstica, que vitima mulheres e crianças, por trás da qual geralmente estão o álcool e a droga. Para que a segurança seja restaurada, senhoras e senhores, é preciso que os jovens de hoje comecem a viver um novo paradigma de cidadania em termos de ética, moral e respeito ao próximo. Somente assim teremos um Brasil menos violento. O primeiro passo é que a classe média deixe de alimentar o tráfico de drogas na condição de usuária.

A busca da segurança implica também a conscientização de jovens e adultos para o convívio pacífico nos estádios de futebol e nas ruas e a vivência ordenada e respeitosa das paixões. A violência também vem manifestando-se, a cada dia, com mais intensidade e requintes de selvageria entre os pré-universitários, jovens de classe média que deveriam dar o exemplo, porque são respaldados pelo carinho da família e pelo conforto material.

No trânsito, por trás de um volante, também o condutor ou a condutora agigantam-se e, muitas vezes, buscam o enfrentamento selvagem, alimentados pelo falso poder, pela vaidade e pela intolerância. Na verdade, senhoras e senhores, precisamos, mais que nunca, vigiar e orar, porque todos somos fragilizados pela arrogância, e ela é o caminho também rápido para um tipo de violência: a que humilha, a que fere, a que agride a alma.

Não é função da Igreja resolver a questão da segurança no País, mas é evidente a importância de sua participação, de sua parceria. Não foi por acaso que, já em junho de 2007, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, esteve na CNBB para pedir à Igreja ajuda na execução do novo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci, que pretende unir as políticas sociais do governo com as de segurança pública, tendo como foco principal os jovens de 15 a 29 anos, moradores de áreas dominadas pela violência.

Em nível municipal, com o objetivo de criar um foro permanente de discussão com os políticos eleitos nos 28 Municípios de Minas, a Igreja e a PUC promoveram o 1º Encontro de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores no auditório da universidade, quando foram apresentadas ações sociais e projetos de formação política da PUC e da arquidiocese.

Como parlamentar engajado em ações religiosas, membro do Conselho Estadual Antidrogas e Coordenador da Frente Parlamentar Antidroga, juntamente com o meu parceiro, companheiro e amigo Eros Biondini, tenho consciência da importância da nossa contribuição a fim de dar eficácia a essa Campanha. Com toda a certeza, teremos o apoio do nosso Presidente e dos nossos pares para trabalharmos, a fim de acabarmos de vez com essa violência.

Já estamos viabilizando ações nesse âmbito, iniciando por um trabalho itinerante junto aos conselhos regionais, com extensão nas escolas e instituições que acolhem menores de alto risco.

Concluo citando um trecho da música que embala a Campanha deste ano: "A segurança é vida plena para todos: trabalho digno, moradia, educação; é ter saúde e os direitos respeitados; e construir fraternidade é ser irmão. É não punir sem superar desigualdades; é ilusão só exigir sem antes dar. Só na justiça encontrarás tranquilidade; não-violência é o jeito novo de lutar". E essa deve ser a luta, senhoras e senhores, que precisamos abraçar, se quisermos construir um Brasil melhor e conquistar a liberdade de que somos privados pela violência. Muito obrigado.

O locutor - Informamos aos presentes que esta solenidade está sendo transmitida simultaneamente pelas TVs Assembleia e Horizonte e pela Rádio América, da Rede Catedral de Comunicação Católica. Com a palavra, D. Aloísio Jorge Pena Vitral, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, para um momento de espiritualidade.

Momento de Espiritualidade

O Bispo D. Aloísio Jorge Pena Vitral - Pelo fato de ser um momento de espiritualidade, podemos dizer: meus irmãos, minhas irmãs. A palavra me foi concedida por 5 minutos, depois dessa palavra profética do nosso querido irmão Célio, que nos remete àquela passagem bíblica de Moisés diante de uma moita em que o fogo não se apagava. Esse fogo de que todos nós tanto necessitamos. Moisés vai escutar: "Eu vi a violência que meu povo sofre. Eu ouvi os seus gritos de dor. Prestei atenção em seus sofrimentos e descí para livrá-los da opressão e levá-los a uma terra fértil e espaçosa, ampla, terra que emana leite e mel, sair da estreiteza e ir para a amplitude, sair da violência e ir para a paz.

Para nosso Deus, toda violência é estranha. Essa palavra é importante. O teólogo deveria dizer que a maldade assusta a Deus. Essas palavras entraram no meu ouvido: a violência causa estranheza a Deus. Nosso Deus é desarmado e convida o ser humano a desarmar-se. Desarmar, em primeiro lugar, o olhar. Nosso olhar tantas vezes fulmina, cria uma imensa violência, porque a cultura de paz ainda não atingiu nossas entranhas. É preciso desarmar o coração para adquirir essa cultura de paz; esse é quase um pré-requisito.

Para nós, a verdadeira segurança é o próprio Deus, Ele que é nossa segurança, Ele que nos criou para o "shalom". Temos fome não apenas do pão material - é evidente que este é o primeiro e o mais necessário -, mas também de saúde, segurança, relações sociais equilibradas e harmoniosas, bem-estar, felicidade. Só então, verdadeiramente, a paz será fruto da justiça.

A paz, como diz de forma bonita o texto base, é a busca da paz positiva, orientada para os valores humanos da solidariedade, da fraternidade e do respeito, e não, a paz simplesmente como ausência de guerra, como nos lembra o Papa Paulo VI. A cultura da paz vem de novos jeitos de nos relacionarmos fundamentados no amor, porque Deus é amor. É Ele a fonte da verdadeira paz e concórdia.

E, para isso, é necessário também tirarmos o nosso barulho interno, porque nem sempre nós nos escutamos, nem sempre escutamos a Deus, à vida, ao grito dos nossos irmãos. O olhar silencioso abre espaços dentro de nós. Ele tem o poder de clarificar, tirando a escuridão de toda violência. Quando fazemos um silêncio reverente diante da existência, ele nos ajuda a perceber o que é essencial. Podemos dizer que o silêncio é a fecundidade da palavra e sempre a precede. Muitas feridas da violência são cicatrizadas não com o silêncio mudo, mas com o silêncio agradecido diante daquele que reside em nós e está conosco. Então é necessário preparar as nossas lâmpadas e enchê-las silenciosamente de caridade, misericórdia.

Silenciosamente diz a parábola do bom samaritano: "O samaritano chegou perto do homem quase morto, sentiu compaixão, aproximou-se, fez curativo, derramou óleo e vinho nas feridas, colocou o homem no próprio animal, levou-o a uma pensão e cuidou dele".

Esta pequena história é, para mim, extremamente significativa: no campo de concentração de Auschwitz, havia um juvenzinho sendo conduzido por dois soldados. Dois homens encostados na cerca conversavam, e um perguntava para o outro: "Onde está Deus?". Dizia tal expressão repetidas vezes, ferozmente: "Onde está Deus?". Perguntava uma, duas, três, quatro vezes. Até o jovem ir para o forno crematório, perguntava: "Onde está Deus?". E o outro, silenciosamente, aponta para o jovem: "Estive com fome e me deste de comer; estive com sede e me deste de beber; estive preso, foste-me visitar; estive doente, estiveste comigo. Tudo aquilo que fizemos a um dos menores dos nossos irmãos estaremos fazendo a Deus".

Portanto, o nosso olhar deve estar sempre voltado de maneira especial para as vítimas da violência. Acredito que, com essa espiritualidade de ter o olhar voltado para os irmãos machucados, empobrecidos, massacrados, estaremos, verdadeiramente, fazendo aquilo que o Senhor nos pede.

Convido para um breve momento de silêncio no nosso coração.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo da Campanha da Fraternidade 2009.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras de D. Walmor de Oliveira Azevedo

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador Aécio Neves; Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social; Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Vereador Sérgio Fernando Tavares, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Pastor Márcio Moreira, Vice-Presidente do Conic; Deputada Federal Jô Moraes; Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, a quem agradeço, assim como a seus pares, componentes desta Casa importantíssima para a sociedade e para Minas Gerais; todos os funcionários que aqui trabalham; queridos irmãos Bispos D. Aloísio Vitral e D. Joaquim Mol; queridos sacerdotes aqui presentes; religiosas e demais autoridades presentes e representadas, de modo especial, nossa saudação aos irmãos e irmãs, amados e amadas de Deus, povo de Deus, razão da existência desta Casa, também chamada de Casa do Povo. Com grande alegria e com grande honra, esta Assembleia recebe não apenas seus representantes, mas também todos os que aqui se fazem presentes neste momento tão importante para a vida de nossa sociedade, a fim de tratar do tema da segurança pública e da fraternidade.

Ontem, iniciamos, como Igreja Católica, em todo o mundo, o tempo da Quaresma. Grande foi a rede que se estendeu sobre o mundo inteiro a fim de pensar as grandes e as pequenas comunidades. Refiro-me a todos aqueles que em muitos lugares tinham seus corações em sintonia com o grande convite que o Senhor fez a todos nós, ao se dirigir aos seus discípulos dizendo: "Convertei-vos e crede no Evangelho".

Da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem, iniciamos esse caminho em comunhão com todas as comunidades espalhadas pelo mundo inteiro, quando fizemos a abertura oficial da Campanha da Fraternidade. Em uma experiência de mais de 40 anos, nossa Igreja assumiu o desafio fazendo-se presente na sociedade, anunciando o Evangelho, por meio do qual iluminou os caminhos do povo, e promovendo a Campanha da Fraternidade.

Hoje, nesta Casa do povo, acolhidos pela diretoria e pelos legítimos representantes dos cidadãos mineiros, lançamos oficialmente esta Campanha, que revela a importante confluência entre o caminho da Igreja, marcado pela fidelidade à missão que recebeu do seu Senhor, e o compromisso desta Casa, dos seus componentes, dos representantes do povo.

Nesta oportunidade, venho ao meu coração, em primeiro lugar, uma palavra que é de Ele, do Senhor Nosso, do Senhor da Vida.

Ele, dirigindo-se ao seus discípulos, na hora derradeira, no momento certamente mais doloroso de sua vida, disse-lhes: "Dou-vos a paz, deixei-lhes a paz. Não a dou como o mundo a dá". Os discípulos certamente devem ter-se perguntado se o Senhor não nos dá a paz como o mundo a dá, e o mundo aqui significa o ódio, é o que o evangelista João entende e nos ensina. O mundo significa violência, desrespeito, falta de delicadeza e de reverência com as pessoas, com a natureza e com os muitos dons dados por Deus. Eles certamente se perguntavam como é que se dava a paz ao mundo. Se eles assim o perguntaram ou se nós também o tivéssemos perguntado, a resposta já estava dada. Por isso, certamente, o Senhor não lhes disse como, porque o como não é dito com palavras, mas com gestos, com o gesto de ofertar a sua vida no alto da cruz, morrendo por todos nós. Não existe outra fonte mais genuína e inesgotável de paz que a oferta da própria vida. É a contramão de toda violência, de toda perversidade, de toda maldade e de toda indiferença.

Somos chamados a nos convencer de que a paz tem sua fonte inesgotável na alegria corajosa e na disponibilidade da oferta de nossas vidas. Tornar-se um instrumento de paz é reconhecer e crescer na consciência de que a vida é para ser oferecida e gasta com o bem dos outros, sobretudo dos mais pobres e sofredores. Na derradeira vida do Senhor Jesus, os discípulos foram marcados com o gene do compromisso de se tornarem instrumentos da paz na medida em que oferecem a sua vida. Essa marca põe a Igreja no coração do mundo, comprometida com a promoção da paz, com a segurança pública. Ao falarmos de segurança pública, referimo-nos, imediatamente, à configuração sistêmica dos funcionamentos da sociedade, às garantias e aos princípios respeitadores dos direitos e das dignidades. Trata-se de uma tarefa, em primeiríssimo lugar, do Estado e dos órgãos governamentais com a cooperação cidadã e comprometida de todos nós. Contudo, não basta apenas uma grande e sofisticada estrutura sistêmica de segurança; é preciso mais.

É verdade que é preciso aperfeiçoar as políticas públicas, corrigir desgovernos e descaminhos que as impedem de desabrochar e de atender as

muitas necessidades, para que possamos viver em paz e na paz, e por isso é significativo estarmos nesta Casa do povo, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contudo, há algo mais: é preciso promover a cultura da paz - e aqui entendemos a importância da cooperação e da participação da Igreja, por fazer parte de sua missão. É preciso, sim, uma compreensão e uma configuração sistêmica da promoção da paz, da segurança pública, observando e corrigindo questões de uma lista interminável de necessidades, mas é necessário apostar, investir e se educar na cultura da paz. A configuração sistêmica, apenas, não garante a cultura da paz. Para que a cultura da paz seja verdadeiramente uma cultura, é preciso fazer como nos advertia e convocava o Santo Padre, o Papa Bento XVI, em sua mensagem para o Dia Mundial da Paz, proferida em 1º/1/2008: é preciso que cada um faça do seu coração uma fonte de paz. Trata-se de um processo educativo permanente, porque tão facilmente perdemos a paciência por questões até irrelevantes, e, na facilidade de perdermos a paciência, quanta multiplicação de violências não vemos?

A cultura da paz é a grande contribuição que nossa Igreja tem a dar, porque, nesses mais de dois mil anos, apesar dos pesares e de seus limites, ela é perita em humanidade. Essa é uma contribuição que não pode faltar; se essa contribuição faltar, se essa conquista não for alcançada, certamente será jogado por terra todo o esforço governamental, todo o trabalho importante e sistêmico que se possa fazer na experiência da segurança pública, na promoção e na conquista da paz. Por isso, nós, como Igreja, muito nos alegramos por estar aqui, em confluência com esse importantíssimo segmento e instância da nossa sociedade, para, juntos, com a presença e a força do nosso povo, construímos um novo tempo em uma grande aposta, baseada em tudo o que temos: o maior e o menor, o mais complexo e o mais simples, o mais elaborado ou o que está começando, estendendo novamente, à medida que nos fazemos presentes em nossas casas, em nossos ambientes de trabalhos e em nossas comunidades de fé, essa grande rede que devemos ser, costurada com o coração de cada um de nós como instrumento da paz.

O caminho é longo; é imperativo colocarmos as mãos nessa questão. É preciso fazer nascer experiências, projetos e desdobramentos os mais variados - como eu disse, desde os mais complexos até os mais simples -, mantendo sempre no coração a alegria de ser instrumento da paz e tornando-nos sempre homens e mulheres que oferecem a sua vida para o bem.

O caminho é longo, a exigência é grande. Estando aqui, e já com muitas outras iniciativas governamentais, eclesiais e de vários segmentos da sociedade, devemos perseverar, apostar e, na força da intimidade com Deus, transformar o nosso coração em fonte de paz, colaborando para a construção desse cenário novo da segurança pública, com o qual todos sonhamos. O caminho é longo, as exigências são muitas, uma mudança cultural não é fácil. Podemos iniciar agora e sempre e, com nosso testemunho do acolhimento, da ternura e da bondade, fazer grandes diferenças. Por isso, no ano do centenário de Dom Hélder Câmara, lembro o que ele dizia e que vale para nós, pensando no trabalho e na promoção da segurança pública, fazendo de cada um de nós, famílias, comunidades e colegas de trabalho, uma grande contribuição para a paz. Com sua fala, concluo, desejando que seja essa a força perseverante de todos nós: "Não, não pares. É graça divina começar bem. Mas a graça das graças é não desistir, manter o ritmo, acertar o passo, embora caindo aos pedaços, chegar até o fim". Muito obrigado.

Palavras do Padre Ademir Ragazzi

Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, Dom Walmor, demais componentes da Mesa, caro povo, coube-me trabalhar, em sintonia com o Arcebispo, no lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, trabalho que vem sendo desenvolvido há vários anos, mesmo na época do Pe. Januário. Temos tentado envolver, o máximo possível, todos os segmentos da sociedade, principalmente em vista da proposta da Igreja de levar à sociedade a possibilidade de uma grande discussão desse tema. Fraternidade e segurança pública é um tema que envolve a todos nós. Há pouco, em entrevista na rádio, eu perguntava: quem ainda não viveu a experiência da violência na própria carne? Quem ainda não experimentou a dor de tantos irmãos e irmãs violentados por uma sociedade mal conduzida, em que a injustiça é o alicerce da constituição da nossa convivência? Fazemos essa experiência dolorosa da colheita da dor. O que a Igreja vem propondo, à luz do Evangelho, é assumirmos esse desafio e, mesmo estraçalhados, não desistirmos. A dimensão profética da nossa fé nos impõe esse agir, e, por meio do trabalho do Vicariato, não como responsável único, mas como articulador junto aos vigários episcopais regionais, aos vigários forâneos e a toda a Igreja de Belo Horizonte, certamente haveremos de colher os frutos que todos desejamos. Muito obrigado.

Palavras do Pastor Márcio Moreira

Sr. Presidente, Deputado Célio Moreira, Dom Walmor, a todos vocês a minha palavra de acolhimento, porque sou pastor da Igreja Presbiteriana Unida, que faz parte do Conic. É muito importante falar aqui que a nova Presidente do Conic é a Irmã Márcia Maria Carmelita, que trabalha no colégio, em Ipatinga, e não pôde estar presente. Estou aqui como Vice-Presidente do Conic Minas Gerais, que reúne a Igreja Católica, a Igreja Ortodoxa Siriana, a Igreja Luterana, uma das Igrejas Episcopais, outra Igreja Anglicana e a Igreja Presbiteriana Unida. (- Lê o Hino Oficial da Igreja Presbiteriana Unida.)

O poeta João Dias de Araújo, meu colega no Estado da Bahia, conhecido de alguns aqui, escreveu, em 1975, essa poesia que passou a ser o cântico oficial da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, cantado em vários encontros ecumênicos em Belo Horizonte, em alguns locais de Minas Gerais e em alguns lugares do Brasil.

Gostaria de falar muito mais, mas, neste momento, depois de toda essa substância que recebemos, focalizemos a Campanha da Fraternidade 2009, que, se não estou enganado, Dom Walmor, no ano que vem, volta a ser ecumênica. Assim, digo a todos os irmãos e irmãs católicos e a alguns irmãos e irmãs evangélicos que aqui estão que o convite que recebemos da Igreja Católica significa que o Conic nacional e o Conic internacional, em vários países do mundo, têm como ponto básico a fé cristã no Deus Pai, Filho e Espírito Santo. No reconhecimento que o Senhor servo, que é Jesus Cristo crucificado e ressuscitado dentre os mortos, é aquele que promove a fraternidade.

Então voltemos a Mahatma Gandhi, que já foi citado e não era cristão. Coloco uma carapuça até os ombros por causa dele, que foi muito mais cristão do que eu. É bom lembrar Martin Luther King, pois, depois de tantos e tantos anos de seu martírio, um negro sobe à Presidência do país mais poderoso do mundo esfacelado por aquilo que também está no Brasil e em outros países: a bolsa de valores, com os papéis que o vento leva e tudo o mais. É tempo de não desistir, como disse Dom Hélder, e é tempo de nos colocarmos unidos. Apesar das nossas diferenças doutrinárias, reconhecemos que também estamos unidos, agnósticos e ateus - alguns deles praticam a fraternidade muito mais que eu, que tenho 46 anos de vida pastoral. O importante agora é reconhecer que também, como o salmista disse, a justiça e a paz se abraçarão.

Podemos dar uma contribuição para que essa violência diminua no Brasil. Não sou economista, mas Joelmir Beting já disse, há mais de 20 anos, que a principal reforma no Brasil é a tributária, para que os pequenos empresários tenham mais direito à saúde, à educação, e assim por diante, bem como as suas famílias.

A segunda reforma - aliás, não sou cientista político - é a política. Que o Senhor, da vida e da fraternidade, ajude-nos a colaborar para que essa justiça de Deus aconteça na Terra até que volte o Senhor, que, aliás, não sabemos quando será. Todavia, agora é importante caminhar, como dizia Vandré, cantando e seguindo a canção. É também hora de reconhecer que o Senhor está conosco. Desistir jamais. Obrigado.

Palavras do Secretário Danilo de Castro

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de

Belo Horizonte, representando aqui o Prefeito; Revmos. Dom Walmor de Oliveira Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Dom Joaquim Giovani Mol, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Exmos. Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social; Revmo. Dom Aloísio Jorge Pena Vitral, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público; Vereador Sérgio Fernando Tavares, representando a Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal; Revmo. Pastor Márcio Moreira, Vice-Presidente da Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - Conic -; Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados aqui presentes; Deputada Federal Jô Moraes; senhoras e senhores, boa tarde.

O Governador Aécio Neves incumbiu-me de trazer a todos e, em especial, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, os seus cumprimentos pela oportuna e brilhante escolha do tema "Fraternidade e segurança pública", com o lema "A paz é fruto da justiça" para a campanha da fraternidade de 2009.

Ao pôr o tema em discussão junto à comunidade católica e para toda a sociedade brasileira, a CNBB presta, mais uma vez, um inestimável serviço ao nosso Estado e ao País: comunga do grande esforço de todos nós, que é o da construção de uma sociedade mais fraterna, humana, justa e segura.

O governo de Minas, senhoras e senhores, tem a exata compreensão de que a paz é oriunda da justiça. Por mais que os homens se armem, que se construam muros e cercas, não há como edificar uma paz duradoura e para todos sem a devida promoção do homem. Não se conquista a paz sem que seja dada ao cidadão uma educação de qualidade, oportunidades reais de trabalho e de renda, sem que lhe sejam assegurados direitos básicos e inalienáveis, como a saúde e os meios dignos de manutenção. O governo de Minas trabalha muito para isso, e os resultados já são sentidos nos mais diversos segmentos da nossa economia, na qualidade das nossas escolas, na atenção à saúde, enfim, na vida do cidadão mineiro. Não foi fácil. Foram conquistas que vieram da determinação máxima do Governador Aécio Neves em modernizar o Estado, de melhor aparelhá-lo e de pô-lo a serviço, única e exclusivamente, do cidadão.

O primeiro passo foi resgatar a capacidade do Estado de voltar a investir em infra-estrutura e projetos sociais sustentáveis, ao equilibrar suas contas e suas receitas. Esse momento ímpar na administração pública do Brasil deu-se com a implantação do choque de gestão. Foi quando se passou a gastar não apenas na manutenção da própria máquina do governo, mas em programas que buscam a promoção do desenvolvimento, no investimento, no reaparelhamento do Estado e na ação social efetiva, que transforma a vida das pessoas para melhor. Minas foi o primeiro Estado brasileiro a instituir o ensino fundamental de nove anos, o primeiro a distribuir material didático gratuito ao ensino médio e o primeiro a propor e efetivar um programa de transferência de renda aos jovens para combater a criminalidade, as drogas e estimular a escolaridade, a cidadania comunitária e o empreendedorismo. Programas como o Poupança Jovem e o Fica Vivo são hoje exemplos internacionais de como lidar com a criminalidade nessa faixa etária, tão crítica e tão desafiadora.

Hoje os resultados do Choque de Gestão estão presentes em todos os segmentos. Com o fortalecimento dos hospitais regionais e com a implantação do maior programa de saúde preventiva do País, a mortalidade materno-infantil, por exemplo, caiu drasticamente nos últimos seis anos: cerca de 20%. E as parcerias com a sociedade organizada e outras esferas do governo permitiram uma queda da desnutrição nas áreas mais pobres da ordem de 50%. A comunicação de dados e a telefonia móvel já chegaram a todos os mineiros. Até o meio do próximo ano, todas as cidades de Minas terão ligação rodoviária por asfalto, e alcançaremos a quase totalidade dos cidadãos com oferta de energia elétrica.

Já a segurança pública em Minas, senhoras e senhores, recebe o maior investimento proporcional no País, que se traduz em mais policiamento, mais recursos tecnológicos e equipamentos e, portanto, mais eficiência, o que permitiu uma redução da criminalidade em 22% no Estado, depois de quase uma década de agravamento dos principais indicadores de violência. Mais policiais, mais bem remunerados e equipados, construção de milhares de vagas em presídios, etc., como disse aqui, não são garantia de que conquistaremos uma paz permanente e verdadeira. Também é preciso dar o tratamento correto e humano, criar oportunidades de trabalho e de ressocialização para os recuperandos. O governo de Minas investe em projetos inovadores, como a parceria com o Tribunal de Justiça, na operação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs -, entidades que se dedicam à reintegração social dos presidiários, que buscam e merecem nova oportunidade. Atualmente, o modelo Apac conta com mais de mil vagas, garantidas por verbas estaduais, sendo o trabalho coordenado pelo Tribunal de Justiça.

Meu caro D. Walmor, é assim, com investimentos em ação social, na melhoria dos serviços de educação, saúde e segurança, no fortalecimento do Estado, em sua capacidade de investir nas pessoas e em projetos que fomentam a nossa economia, que construiremos um Estado mais justo, com mais conforto, qualidade de vida e com a segurança que almejamos. Uma segurança que, acima de tudo, respeite os direitos dos nossos cidadãos. Desejo à CNBB todo o sucesso, que tenho certeza que terá, nesta Campanha. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Secretário Danilo de Castro, neste ato representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Exmo. Vice-Prefeito Roberto Carvalho, ex-membro desta Casa; Revmo. Arcebispo D. Walmor Oliveira de Azevedo; Revmo. Bispo Auxiliar D. Joaquim Mol; Exmo. Procurador-Geral de Justiça Alceu José Torres Marques; Exmo. Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior; Revmo. Bispo Auxiliar D. Aloísio Jorge Pena Vitral; Exmo. Defensor Público-Geral Belmar Azze Ramos; Exmo. Vereador Sérgio Fernando Tavares, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Revmo. Pastor Márcio Moreira; Exmo. Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, em cuja pessoa quero saudar os ilustres componentes deste Parlamento; Deputados e Deputadas; Exma. Deputada Federal Jô Moraes; Ilmo. ex-Deputado Nilmário Miranda, cuja presença ilustre quero saudar também; minhas senhoras e meus senhores, o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2009, nesta Casa, muito nos honra, pelo que representam para a sociedade a CNBB e a Arquidiocese de Belo Horizonte. Além de ter o privilégio de abrigar um evento de tamanha significação, a Assembleia de Minas se sente plenamente integrada aos seus objetivos, em razão do tema "Fraternidade e segurança pública", escolhido com muito senso de oportunidade pela CNBB.

A questão da violência, da criminalidade e da busca de condições para que as pessoas possam viver em um ambiente fraterno e seguro há muito é debatida neste Parlamento, com lugar prioritário na pauta dos nossos trabalhos. As demandas que nos chegam nesse campo são discutidas com especial atenção pelas Comissões permanentes de Segurança Pública e de Direitos Humanos e motivam ações diversas, como debates e proposições legislativas, sempre com participação dos segmentos públicos e sociais nelas envolvidos.

Como exemplo da preocupação da Casa com o tema atual da Campanha da Fraternidade, citaremos duas iniciativas que, em nosso entendimento, tiveram a repercussão e os efeitos que delas se esperavam. No ano de 2000, diante dos índices de violência e de criminalidade que se vinham registrando no Estado, a Assembleia promoveu, em conjunto com 92 instituições vinculadas aos poderes públicos e à sociedade civil, um amplo movimento, denominado Movimento pela Segurança e Vida, destinado a estimular a reflexão sobre o tema e a mobilizar as forças políticas e sociais para a construção de uma política de segurança pública abrangente e eficaz para a população mineira.

Resultou dessa iniciativa um sólido documento de proposições para o aprimoramento da política de segurança do Estado, muitas das quais incorporadas aos projetos que, posteriormente, se elaboraram sobre o assunto. Entre eles poderíamos destacar os relativos à nova formação da Secretaria de Defesa Social; à unificação dos bancos de dados das Polícias Civil e Militar; à integração das ações entre as Polícias; à destinação de recursos específicos para o reequipamento destas; ao envolvimento dos Municípios e da comunidade no combate à violência; e à política penitenciária.

No ano de 2006, realizamos o seminário legislativo "Segurança para todos - Propostas para uma sociedade mais segura". Novamente, resultou do encontro um substancial documento de propostas, apontando prioridades a serem consideradas pelos poderes públicos do Estado para avançarmos efetivamente nesse campo.

Agora, com grande satisfação, anuncio, em primeira mão, que, na semana passada, a Presidência acolheu iniciativa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, em conjunto com o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para a constituição de uma comissão especial para cuidar, com os demais atores - Poder Judiciário, Poder Executivo, Defensoria Pública, Ministério Público e a sociedade mobilizada -, da grave questão carcerária que foi aqui ressaltada na recente reunião do Conselho Nacional de Justiça. Da mesma forma, esperamos e temos a convicção de que alcançaremos os resultados almejados.

Cabe aqui uma observação que julgamos pertinente. Esta Casa entende que os programas e projetos referentes ao tema devem ser de responsabilidade não apenas dos poderes públicos, mas também do conjunto da sociedade, por meio de uma rede de atitudes voltadas para garantir a segurança na família, nos espaços urbanos, na convivência social.

Identificamos, nesse aspecto, uma convergência muito grande com a proposta da Campanha da Fraternidade de mobilizar todos os segmentos sociais, de estender sua mensagem - em princípio dirigida à comunidade católica - ao conjunto da população brasileira.

Pela respeitabilidade das instituições que a promovem, pela tradição construída ao longo de várias décadas, pelo poder multiplicador de suas reflexões, a Campanha da Fraternidade extrapola muito o período quaresmal e o âmbito da Igreja Católica, gerando efeitos benéficos durante todo o ano e em todos os segmentos da sociedade.

Acreditamos que a incorporação das diversas Campanhas da Fraternidade pelo povo brasileiro se deve, em grande parte, à sensibilidade da CNBB ao chamar a atenção para questões intrínsecas à realidade brasileira, no campo dos direitos humanos, políticos e sociais.

A exemplo do tema da segurança pública, muitos outros de igual importância estiveram no foco da Campanha, como a fome, a educação, a saúde, a moradia; a juventude, o emprego, a família; a situação da mulher, do negro, dos encarcerados, dos povos indígenas, dos excluídos.

Por todo esse trabalho em favor da igualdade, da justiça e da paz, gostaríamos de parabenizar, na pessoa do Arcebispo de Belo Horizonte, D. Walmor Oliveira de Azevedo, todas as pessoas e instituições envolvidas na Campanha da Fraternidade.

Reafirmamos, por fim, que esta Casa está sempre disposta a apoiar as causas que dizem respeito ao bem comum e à dignidade humana. Muito obrigado.

Bênção e Oração da Campanha da Fraternidade

O Arcebispo D. Walmor de Oliveira Azevedo - Convido a todos para colocarmos-nos de pé e suplicarmos as bênçãos de Deus para este longo caminho, para que sejamos sempre sustentados pela graça em nossos empreendimentos e sobretudo para crescermos na consciência de sermos instrumentos da paz. Convido-os ainda para, juntos, num só coração, falarmos ao coração do Pai, como o coração do Filho Cristo Jesus nos ensinou.

- Ora-se o Pai Nosso.

O Arcebispo D. Walmor de Oliveira Azevedo - Livrai-nos de todos os males, ó Pai, e dai-nos hoje a Vossa paz. Ajudados por Vossa misericórdia, sejamos sempre livres do pecado e protegidos de todos os perigos enquanto, vivendo a esperança, aguardamos a vinda do Cristo salvador, porque Vosso é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém! Juntos, oremos.

- Procede-se à Oração da Campanha da Fraternidade.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes e Gilberto Abramo. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice- Presidente. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Gil Pereira para atuar como escrutinador. Procedendo-se à apuração dos votos, verifica-se a eleição, por unanimidade, dos Deputados Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Logo em seguida, o Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O Deputado Sávio Souza Cruz declara empossado o Deputado Fábio Avelar, a quem devolve a direção dos trabalhos. Fica estabelecido que as reuniões ordinárias da Comissão se realizarão às terças-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlos Gomes - Gil Pereira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Walter Tosta, Adalclever Lopes e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Walter Tosta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e fixar dia e horário para as reuniões ordinárias, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Délio Malheiros para escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Adalclever Lopes e para Vice-Presidente o Deputado Délio Malheiros, ambos com três votos. Após o pronunciamento de todos os Deputados, a

Presidência comunica que a comissão se reunirá ordinariamente às terças-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Délio Malheiros - Walter Tosta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados; Gen.-Div. Joaquim Silva e Luna, Chefe de Gabinete do Comandante do Exército; Lourival dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba; Paulo de Tarso Morais Filho, Promotor de Justiça; Fabiana de Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Defesa Social (17/1/2009); Cel. PM Nilo Sérgio da Silva, Comandante do Policiamento da Capital (5/2/2009). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 749/2007, no 2º turno (Deputado Tenente Lúcio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.158, 3.159, 3.178, 3.179, 3.196, 3.197, 3.213, 3.215, 3.223 a 3.225, 3.230 a 3.239 e 3.294/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer o trabalho desenvolvido pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais - Comoveec - e para discutir a violência ocorrida na Capital nos eventos desportivos de grande porte, em especial os clássicos entre Atlético e Cruzeiro; Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Chefe de Polícia Civil e ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências com o objetivo de que sejam efetuados estudos que possibilitem a formalização das representações criminais através da internet e de denúncias pela internet e por mensagens de celulares, e em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - e ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a implantação de unidade da Apac, no Município de Itamarandiba; Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada visita da Comissão ao Secretário de Estado de Defesa Social, para discutir assuntos relativos à segurança pública no Estado; Maria Tereza Lara (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater sobre o tema "Fraternidade e Segurança Pública", e em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - e ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a implantação de unidade da Apac, no Município de Betim. São também recebidos requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada visita da Comissão à cadeia pública de Tupaciguara, para verificar as condições das instalações, bem como a situação da população carcerária, e em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis e ao Ministério Público, pela atuação na operação Vandees III, que desmantelou uma quadrilha de assaltantes de banco. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de

lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos, que especifica, no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.853/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.063/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.913/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.919/2008, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 3.175/2008, do Deputado Arlen Santiago; 3.189/2008, do Deputado Wander Borges; 3.195/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 3.212/2009, do Deputado Wander Borges; 3.219/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.296/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.300/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.301/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.314 e 3.315/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.150/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 3.191/2008, da Comissão de Participação Popular; 3.211/2009, do Deputado Wander Borges; 3.216/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.226/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.240, 3.241, 3.242, 3.243 e 3.244/2009, do Deputado Wander Borges; 3.247/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.271/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.277/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.280/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.285/2009, do Deputado Sebastião Costa; 3.289/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.290/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.302/2009, do Deputado Wander Borges; 3.306/2009, do Deputado Ademir Lucas; e 3.326/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.621/2007, do Deputado Paulo Guedes, 1.689/2007, do Deputado Carlos Mosconi, 2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.343/2008, do Deputado Bráulio Braz, 2.577/2008, do Governador do Estado, e 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.752/2008, do Governador do Estado, sobre a Emenda nº 1, apresentada em Plenário, e 2.848/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.151/2008, do Deputado Weliton Prado, 3.152/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e 3.176/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.879/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.912/2008, do Deputado João Leite.

Requerimentos nºs 3.156/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 3.192/2008, da Comissão de Participação Popular; 3.250/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.293/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.323/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.349/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.356; 3.357; 3.358; 3.359; 3.360; 3.361; 3.362; 3.363; 3.364; 3.365; 3.366; 3.367; 3.368; 3.369; 3.370; 3.371; 3.372; 3.373/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 782/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 3.228 e 3.229/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.279/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.295/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.297/2009, do Deputado Fahim Sawan; 3.298/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.308/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.309 e 3.310/2009, do Deputado Ademir Lucas; e 3.324/2009, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.312 e 3.313/2009, da Deputada Ana Maria Resende, 3.325/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, 3.328, 3.329, 3.330, 3.331 e 3.332/2009, do Deputado Inácio Franco, e 3.376, 3.377, 3.378 e 3.379/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 4/3/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos, que especifica, no Estado; 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica; e 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Lafayette de Andrada, Délio Malheiros e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/2009, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março 2009.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 18.876, 18.877 e 18.947

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Gil Pereira, Lafayette de Andrada e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 18.876, 18.877 e 18.947/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Sebastião Helvécio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.034/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Fundação Cardiovascular São Francisco de Assis – ACSFA –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.034/2008 pretende declarar de utilidade pública a Fundação Cardiovascular São Francisco de Assis, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem por escopo prestar assistência médico-hospitalar, na área de cardiologia e cirurgia cardiovascular, a indigentes, aos pobres socorridos por instituições sociais e às pessoas que não disponham de recursos para tratamento médico.

Ademais, a instituição apóia e promove o desenvolvimento de pesquisas clínicas e experimentais, visando ao progresso da cardiologia, cirurgia cardiovascular, bioengenharia e medicina intensiva, além de projetos de ensino, treinamento e reciclagem de profissionais da saúde nessas especialidades. Para tanto, mantém uma biblioteca especializada e edita publicações científicas.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.034/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Carlos Pimenta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.906/2008

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Cultural Lusófono – ICL –, com sede no Município de Itabira.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.906/2008 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Cultural Lusófono, com sede no Município de Itabira, que tem como finalidade precípua o planejamento e a coordenação de programas, projetos e ações institucionais que promovam o desenvolvimento da cultura, especialmente a integração e a valorização da língua portuguesa.

Dessa maneira, apóia e incentiva a produção cultural da comunidade local, promove o intercâmbio com instituições públicas e privadas que desenvolvam programas congêneres, organiza encontros, debates e parcerias entre artistas, operadores culturais e demais atores da rede de cultura, garantindo a integração e a recuperação da memória cultural, e estimula o diálogo e a solidariedade entre diferentes segmentos sociais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.906/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Getúlio Neiva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.933/2008

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Banda de Música Arte e Conquista de Felixlândia, com sede no Município de Felixlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.933/2008 pretende declarar de utilidade pública a Banda de Música Arte e Conquista de Felixlândia, que tem por escopo buscar o bem-estar social da comunidade por meio da música, resgatando as raízes da antiga Filarmônica Senhora da Piedade de Felixlândia.

Para a consecução desse objetivo, promove aulas de música, estimulando a disciplina e o resgate de valores culturais e folclóricos locais, e desenvolve atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de seus associados, especialmente sua integração, para uma convivência harmônica.

Além disso, realiza ações para combater a fome e a pobreza, prestar assistência social por meio de ajuda médica, odontológica, psicológica e material, promover a defesa do meio ambiente, habilitar e reabilitar pessoas portadoras de deficiências e estimular cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho artesanal.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.933/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Juninho Araújo, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.281/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.281/2008, de autoria do Deputado Ruy Muniz, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.281/2008

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Juarez Távora, relator - Gláucia Brandão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Verli Francisco Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria da Dores Barboza de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Cristina de Fátima Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Débora Dornas dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando José Pereira Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Sirlei de Almeida Moraes do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Cristina de Fátima Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Débora Dornas dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando José Pereira Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Selma Aparecida Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

nomeando Cláudia Mara Silva Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

nomeando Denisson de Oliveira Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Juliana Resende Capucci para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2008

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de livros à Biblioteca Deputado Camilo Prates, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Pregoeira vencedora: ARC Livraria Ltda. - ME.

Belo Horizonte, 3 de março de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2009

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/3/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de filtros para equipamentos de ar-condicionado.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 3 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2009

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 17/3/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de 700 doses de vacinas antigripais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 3 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.